

## **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00004366-7

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **VANDERLEI EDSON GLUSTAK**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 799.716.019-15, portador da cédula de identidade nº 2.549.937, residente e domiciliado na Rua Montevideo, nº 2311-E, Bairro Passo dos Fortes, Chapecó, CEP 89805750, telefone (49) 9 9116-4300, e **DEMIR POMPER-MAYER**, brasileiro, agricultor, RG 2.650.307, CPF 025.329.459-23, residente na Linha Rodeio Bonito, a 2km da comunidade, 49 9932-3275, doravante denominado *compromissário*,

**CONSIDERANDO** que Constituição Estadual de Santa Catarina, em seu art. 184, inciso I, dispõe que a Mata Atlântica é considerada área de interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes homologada pela Assembleia Legislativa, preservados seus atributos especiais;

**CONSIDERANDO** que o artigo 38 da Lei n. 12.651/12 proíbe o uso de fogo na vegetação, prevendo apenas as seguintes exceções: em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, desde que com autorização do órgão ambiental; emprego da queima controlada em unidades de conservação para conservar a vegetação nativa, quando as características dela se associarem evolutivamente à ocorrência de fogo e quando necessário às atividades de pesquisa científica;

**CONSIDERANDO** que o artigo 253 do Código Ambiental

Catarinense (Lei Estadual nº 14.675/09) proíbe genericamente o uso do fogo, exceto quando o órgão ambiental autorizar;

**CONSIDERANDO** o item 4.1 da Instrução Normativa nº 30 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, de acordo com o qual "a **queimada sem autorização é infração** punível com multa de R\$ 1.000,00 por hectare ou fração (Decreto 3.179/99, art. 40)";

**CONSIDERANDO** que a obrigação civil de reparar o dano ambiental é do tipo *propter rem*, e que a própria lei já define como poluidor todo aquele que seja responsável pela degradação ambiental e aquele que, adquirindo a propriedade, não reverta o dano (portanto, poluidor)<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que, sendo plenamente possível a reparação do dano, esta é a solução a ser buscada pelo Ministério Público: "a indenização é medida cabível apenas quando impossível a recuperação *in natura*, ou quando se trata de danos extrapatrimoniais"<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil nº 06.2021.00004366-7, cujo objeto é apurar dano a fragmento secundário do Bioma Mata Atlântica, causado por incêndio cuja autoria é indefinida;

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de

<sup>1</sup> STJ, REsp 1251697 / PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 12/04/2012.

<sup>2</sup> STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p.237, citando também Milaré, Mirra, Sendim e diversos outros autores abalizados. A autora menciona também os fundamentos legais: art. 225, §1º, I, da Constituição da República, art. 2º e art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/81, art. 84, §1º, do Código de Defesa do Consumidor, e inclusive a legislação penal (9.605/98).

conduta tem por finalidade a recuperação *in loco* da vegetação danificada por incêndio, nos imóveis das matrículas imobiliárias nº 22.864 e 8.043, situados na Linha Rodeio Bonito, interior de Chapecó (Coord. Geográficas 27°3' 54.20" S, 52° 33' 31.90").

## **DAS OBRIGAÇÕES**

**Cláusula 2ª:** Os compromissários se comprometem a comprovar ao Ministério Público, em 12 meses, a integral recuperação da área degradada indicada na Cláusula 1ª, mediante a execução do PRAD previamente aprovado pela Polícia Militar Ambiental, por meio de relatório técnico.

**Parágrafo primeiro:** A área a ser recuperada (1,38 hectare) deverá ser isolada e mantida sem interferências (roçadas, fogo, limpeza ou qualquer outra intervenção) com exceção da prática das medidas necessárias para a reparação do dano.

**Parágrafo segundo:** a recuperação deverá se dar de modo proporcional nas áreas afetadas pela queimada.

**Cláusula 4ª.** Os compromissários comprovarão ao Ministério Público a averbação do presente compromisso de ajustamento de condutas na matrícula do imóvel nº 8.043 e 22.864.

## **DISTRIBUIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES**

**Cláusula 5ª.** Vanderlei Glustak será responsável pela aquisição de mudas e insumos e pelo pagamento de R\$ 300,00 a Demir para custear as despesas de plantio das mudas; Vanderlei também será responsável por aprovar o projeto de recuperação da área degradada e averbar o TAC na matrícula dos imóveis;

**Cláusula 6ª.** Demir Pompermayer será responsável pelo plantio e cuidado das mudas em sua área; em caso de perecimento de mudas, Demir será responsável pelo replantio, com mudas fornecidas por Vanderlei;

**Cláusula 7ª.** A distribuição das mudas a serem plantadas será de 50% para cada propriedade afetada, sempre na área do incêndio.

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 8ª:** Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

**Parágrafo primeiro:** As multas eventualmente aplicadas reverterão 50% em favor do Fundo Municipal para Reconstituição dos Bens Lesados e 50% em favor do Fundo Estadual para Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo segundo:** O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento às obrigações contraídas.

**Parágrafo terceiro:** A multa aplicada não exonera o compromissário do cumprimento da obrigação principal, e continuará incidindo até o integral cumprimento.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 9ª:** O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

**Cláusula 10ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da

data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 29 de novembro de 2021

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Vanderlei Edson Glustak  
**Compromissário**

Demir Pompermayer  
**Compromissário**

Michel de Oliveira Bráz  
**OAB/SC 16.694**